



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Leste de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : ABREU & LIMA LTDA
CNPJ/CPF : 64.212.699/0001-36
Empreendimento : ABREU & LIMA LTDA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Estrada EST CARATINGA A BOM J GALHO número/km S/N FAZENDA SALIM Bairro ZONA RURAL CEP 35300-000 Caratinga - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Caratinga (LAT) -19.7993, (LONG) -42.1598
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 3
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 27804/2025

Motivo da decisão:

Sugere-se que seja promovida a atuação determinada nas orientações institucionais vigentes e aplicáveis à espécie, o que resulta por recomendar o indeferimento do P.A. SLA 27804/2025, do empreendimento ABREU & LIMA LTDA, para ampliação das atividades "Extração de rocha para produção de britas - A-02-09-7", com produção bruta de 140.000ton/ano e "Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco A-05-01-0", com capacidade instalada de 140.000ton/ano, por falha na instrução processual e nas próprias informações que instruem o processo administrativo.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Governador Valadares, 26/02/2026.

Documento assinado eletronicamente por CARLOS AUGUSTO FIORIO ZANON, Chefe da Unidade, em 26/02/2026 14:32 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.